



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 171 - Outubro 2011

NOSSA OPINIÃO

- **Soberania alimentar e a nova 'descoberta' da biodiversidade**

SOBERANIA ALIMENTAR E BIODIVERSIDADE

- **Florestas e soberania alimentar: falam os filhos e as filhas da floresta**
- **Não há soberania alimentar sem biodiversidade**
- **Nyeléni: um nome de mulher para a luta pela Soberania Alimentar**
- **Tecnologia Terminator em cultivos agrícolas e árvores transgênicos: uma ameaça a soberania alimentar**

AMEAÇAS À SOBERANIA

- **Uganda: a empresa New Forests Company – o FSC legitimando a expulsão de milhares de pessoas e a venda de créditos de carbono**
- **Uruguai: a indústria florestal celulósica põe a bacia leiteira em xeque**
- **Indonésia: fontes de sustento ameaçadas por REDD+, mineração e projetos de dendezeiros**
- **Colômbia: plantações florestais ameaçam a soberania territorial e alimentar**

NOTÍCIAS BREVES

- **Belo Monte ocupada!**
- **Enquete sobre o Boletim do WRM**
- **Declaração: PAREM a expansão das Monoculturas de Árvores!**
- **WRM no facebook**

NOSSA OPINIÃO

- Soberania alimentar e a nova 'descoberta' da biodiversidade

Há milhares de anos que, em especial as mulheres, mas também os homens de diferentes povos em várias partes do mundo têm garantido a soberania alimentar, baseando-se na biodiversidade das regiões onde vivem. Com sabedoria, souberam distinguir e utilizar sementes, raízes, frutas, folhas, árvores, arbustos, plantas medicinais, animais, peixes e muito mais.

Mas o nosso mundo chamado de moderno conseguiu reduzir de forma drástica a riqueza da biodiversidade, introduzindo monoculturas em larga escala para a produção de alimentos e produtos como madeira.

Enquanto os defensores do modelo *monocultural* argumentam que o mesmo tem produzido mais grãos e mais comida, constata-se que o mesmo tem reduzido a soberania alimentar.

Parece curioso que nas últimas décadas e, sobretudo, mais recentemente, a biodiversidade ganhou novamente o interesse das grandes empresas que tanto defendem a monocultura e contribuem em muito para reduzir a biodiversidade. Porque será?

Além do patenteamento das sementes, em curso há anos, mais recentemente, também outros elementos da biodiversidade estão na mira do grande capital, na medida em que esses elementos ficam mais escassos, como água, a regulação do clima, a conservação do solo, etc.

Neste boletim, os diversos artigos têm a ver com essa nova ameaça da 'redescoberta' da biodiversidade por parte das empresas transnacionais, por exemplo, quando querem vender serviços ambientais. Isso pode gerar profundos impactos sobre a vida das pessoas, como mostra o projeto da empresa da Grã Bretanha *New Forests Company* que atua em Uganda, e é até certificada pelo selo verde do FSC. Para essa empresa plantar suas monoculturas de árvores, ela expulsou nada menos que 22 mil pessoas, de olho na venda do serviço ambiental de carbono, comprometendo drasticamente a soberania alimentar de toda uma população.

Dedicamos este boletim às populações que resistem à tentativa de mercantilização da natureza e buscam defender seus territórios com toda sua biodiversidade. Apoiamos a Via Campesina que, neste mês de outubro, junto a outras organizações, pressionaram a FAO, em Roma, em especial a Comissão de Segurança Alimentar Global, para que seja banido o '*land grabbing*' (uma forma particular de grilagem de terras muito praticada atualmente na África), a apropriação e concentração de terras nas mãos de investidores, estados e empresas estrangeiras, que ocorre, sobretudo, na África. Esse processo perverso incentiva a agricultura *monocultural*, os agrocombustíveis e a apropriação e venda de serviços ambientais. Segundo Oxfam, cerca de 227 milhões de hectares de terras já estariam vendidos ou dados em concessão, o que equivale a uma área do tamanho do Noroeste da Europa, mostrando a profunda injustiça social e ambiental desse modelo. Reforçamos o apelo para que a FAO tome medidas que garantam os direitos dos camponeses a suas terras e aos recursos naturais!

Finalizamos com uma boa notícia que nos motiva e anima: parabenizamos a entidade aliada GRAIN, uma das organizações que há muitos anos alerta para a destruição da biodiversidade e que defende a soberania alimentar. GRAIN ganhou o Prêmio Nobel Alternativo (*Right Livelihood Award*) por seu trabalho contra o '*land grabbing*' e em defesa da agricultura camponesa.

SOBERANIA ALIMENTAR E BIODIVERSIDADE

- Florestas e soberania alimentar: falam os filhos e as filhas da floresta

A soberania alimentar, que põe seu foco na autonomia local, os mercados locais e a ação comunitária e incorpora aspectos como a reforma agrária, o controle territorial, a biodiversidade, a cooperação, a saúde e muitos outros assuntos vinculados à produção de alimentos, transforma-se em um processo de resistência popular. E, como já dissemos no Boletim 115, a conceituação da soberania alimentar não apenas está imersa nos movimentos sociais que impulsionam essas lutas, mas também permite que eles se aglutinem em torno de um acordo comum de objetivos e ações.

Também afirmávamos que o avanço dos agronegócios e suas monoculturas em grande escala para a exportação, a destruição da biodiversidade com a imposição dos transgênicos, a matriz petroleira cujo processo de exploração envenena e destrói tudo ao seu redor, o cercado de áreas de alta diversidade para o negócio do turismo ou a biopirataria (a apropriação do conhecimento e os recursos genéticos de comunidades locais por empresas que visam a ter o monopólio exclusivo através de patentes ou propriedade intelectual) ameaçam e afetam camponeses e camponesas e comunidades florestais. E quando a floresta é destruída, é destruído um espaço de soberania alimentar.

Nesse sentido, a luta pela defesa das florestas torna-se também a luta pela soberania alimentar, porque para as comunidades florestais, a floresta é tudo. É, especialmente, o local onde conseguem, entre muitas outras coisas, o alimento, de maneira ecológica, social, econômica e culturalmente apropriada a suas circunstâncias exclusivas, como é reconhecido pelo conceito da soberania alimentar.

Desde o WRM temos denunciado há muitos anos o mortal engano arquitetado inicialmente pela FAO- e secundado pelos outros organismos internacionais- de considerar as monoculturas industriais de árvores como uma categoria de “florestas”. Isso, que poderia parecer um simples erro de definição, tem consequências gravíssimas já que as plantações de árvores fizeram valer sua suposta condição de “florestas” para substituir, com monoculturas, valiosos ecossistemas biodiversos, sendo alguns deles florestas de verdade.

Neste ano incentivamos a ideia de “definir a floresta por seu verdadeiro significado” e nesse contexto realizamos um vídeo testemunhal para registrar as vozes de habitantes da floresta de diferentes países e continentes, homens e mulheres, índios e camponeses, que falam sobre a importância da floresta em suas vidas e que consideramos serem um fiel reflexo de todas as vozes da floresta.

E essas vozes importam. Desde a floresta (no Estado do Paraná, Brasil), Jonas Aparecido de Souza conta que “a floresta dá tudo o que a comunidade necessita, desde água de qualidade, a própria alimentação que é extraída dela, a questão da própria madeira que a floresta dá para construir a maioria das moradias das famílias.

A floresta dá parte de sua vegetação: plantas medicinais, para aquelas comunidades que têm esse conhecimento e se apropriam desse conhecimento para seu uso; sementes para fazer artesanato; também gera renda para as famílias. Também dá o solo; o solo é sempre enriquecido a forma em que as famílias usam a floresta para produzir a própria alimentação. Então a floresta é tudo o que é bom para a comunidade. ... Se tirarem a floresta de nós, as famílias vão perder sua autonomia, não vão poder sobreviver aqui. Serão obrigadas a ir embora, mudar para outro lugar que não se corresponde com seu modo de vida, vão ter que migrar para a cidade, ir para as periferias da cidade e construir outra forma de vida que não corresponde a seus hábitos. ... Quando essas famílias saem das áreas da selva e vão para outro lugar que não condiz com seu modo de vida, com sua cultura, passam por um processo de desumanização, perdem sua característica de povos da floresta”.

O chefe de uma comunidade Bakumbule, no território Walikale da República Democrática do Congo, diz “a floresta traz para nós muitos benefícios. A floresta nos protege, fornece ar; lá cultivamos a terra e permite que nos alimentemos. Na floresta comemos carne, a carne dos animais silvestres, e há carne de todo tipo, e todo tipo de alimentos vegetais. Comemos tudo isso e também juntamos outras coisas para ter uma boa nutrição e obter todas as proteínas que precisamos. Depois de comer, vamos à floresta para tomar banho. Quando olhamos para a floresta sabemos que lá está nossa felicidade.

Neste momento, nossa situação é difícil porque houve uma guerra e atravessamos um período muito complicado, mas quando puder voltar a minha floresta, todos estaremos saudáveis porque lá encontraremos tudo o que precisamos para nos alimentar e viver bem.”

Para Francisca, dos Arara, que habitam na floresta do Acre, “a floresta é importante porque é de onde tiramos a fruta, a comida. É onde obtemos a água potável e onde criamos nossos filhos. Nossos pais nos criaram aqui, e aqui conseguiram o sustento. Sem a floresta não poderemos viver em paz. Temos medo que a floresta desapareça e que os Arara tenhamos que mudar para as cidades. Lá a vida é muito difícil, vamos ter que comprar comida industrializada, ou mendigar ou prostituir-nos por falta de dinheiro para comprar alimentos. Hoje respiramos o ar puro da floresta e temos água limpa e comida, e o que necessitamos para construir nossas casas. Mas ainda que tenhamos uma floresta grande vemos os problemas que existem, sentimos em nossa terra os efeitos quando cortam outras florestas, ou das plantações, das mudanças que ocorrem. Os rios já não são como antes. Nos preocupa e não sabemos o que vamos fazer mesmo se preservamos esta pequena parte de floresta diante de todas as árvores que estão cortando. Alguns dizem que querem reflorestar, mas nós sabemos que uma área reflorestada nunca é como uma floresta virgem. É muito diferente.”

Em continentes diferentes, de grupos diferentes, com línguas diferentes, os sentimentos, as visões, porém, são muito semelhantes.

Da comunidade indígena pigmeia da província de Kivu Norte, no território de Walikale, República Democrática do Congo, um dos líderes da comunidade que trabalha na defesa dos povos indígenas da província diz que a floresta e os povos indígenas podem se descrever como “amigos inseparáveis” porque “a vida de um

pigmeu depende cem por cento da floresta, que é seu lar por excelência. Posso dizer que sem a floresta não há vida para os povos indígenas. Além de todas as atividades para a produção de alimentos, os povos indígenas usam nosso conhecimento tradicional para proteger e manejar a floresta e realizar atividades que fazem parte de nossa cultura única. Isso significa que a desaparecimento da floresta significaria a desaparecimento total dos povos indígenas”.

Lucas, do povo indígena Manchineri, mora na floresta do Acre, Brasil. Para ele, a floresta é importante “porque lá é onde moramos e obtemos nosso sustento. Para nós a floresta é a vida; enquanto estiver em pé haverá vários tipos de animais que podemos comer e também temos nossas lavouras que manejamos com todo o cuidado. Se desaparecer não vamos ter aonde ir buscar os recursos que necessitamos, vamos ficar sem um protetor, porque para os Manchineri a floresta é nosso protetor. Haverá muitos problemas de saúde e escassez de alimentos em nosso território indígena.”

Mijak é um “Orang Rimbo”, que em Jambi significa povo da floresta. Mora em Makekal Ulu, uma das áreas habitadas pelos Orang Rimbo, nos arredores do Parque Nacional Bukit 12 da Indonésia. Mijak diz “nossa vida de comunidade depende da floresta. Se é danificada ou destruída, então nossas tradições e nossa cultura irão desaparecer.”

Da comunidade de Katobo, na aldeia de Kisimba, território de Walikale, RDC, uma mulher dá seu testemunho sobre o porquê especialmente as mulheres precisam da floresta: “porque lá é onde encontramos tudo o que precisamos para alimentar nossas famílias. E se alguém nos diz que deixemos a floresta vamos ficar muito zangados, porque não podemos imaginar uma vida que não esteja na floresta ou perto dela porque lá temos lenha, plantamos nossas lavouras. Temos todo tipo de vegetais e plantas comestíveis e frutas. As mulheres juntam caranguejos e pescam nos arroios e há todo tipo de animais que podemos comer e nos dão força e energia, proteínas e tudo o que necessitamos para viver bem”.

O conceito aglutinador da soberania alimentar cresce, aprofunda-se e transcende a agricultura até chegar à floresta, um dos ecossistemas terrestres mais diversos e prolíficos, fonte de nutrição e alimentos para os povos que habitam nela e para o planeta todo. Por isso, lutar pela soberania alimentar é também defender a floresta e defender a floresta é, entre outras coisas, definir a floresta por seu verdadeiro significado.

Convidamos vocês para ver e divulgar o vídeo da campanha do WRM por uma verdadeira definição de florestas- Florestas, muito mais do que um monte de árvores em http://www.wrm.org.uy/forests/Forests_Much_more_than_a%20lot_of_trees.html (com legendas em inglês), que em breve será traduzido para várias línguas.

[início](#)

- Não há soberania alimentar sem biodiversidade

As monoculturas em larga escala para a produção de alimentos foram sendo

introduzidas, acompanhadas pelos 'pacotes tecnológicos' da 'revolução verde' que, ao longo dos anos, têm envenenado e empobrecido a biodiversidade. Isso tem afetado em especial as mulheres, por elas, em muitas comunidades ao redor do mundo, serem as principais responsáveis para cuidar da saúde, do abastecimento de água e da produção de alimentos, atividades muito atreladas à conservação da biodiversidade.

Enquanto muito da diversidade foi perdida, foram introduzidas e avançaram monoculturas geneticamente modificadas, como a soja, milho, eucalipto, etc., aprofundando os impactos sobre a biodiversidade. Nas suas definições, organismos oficiais, como a FAO, apoiam e fortalecem o modelo monocultural, chamando, por exemplo, uma monocultura de eucalipto transgênica de 'floresta' e, com isso, desconsiderando por completo, a biodiversidade imensa de uma verdadeira floresta.

O modelo monocultural em larga escala tem sempre alegado a sua suposta 'produtividade' que, no entanto, não conseguiu evitar que cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo continuem passando fome. Vale esclarecer que essa 'produtividade' está sendo contestada seriamente, inclusive pela ciência. O mais longo estudo nos Estados Unidos sobre o assunto comprovou que a agricultura sem insumos químicos é muito superior ao modelo convencional em termos de colheita e viabilidade (1). E mais: é fato que os camponeses, mesmo com todas as pressões vividas, continuam responsáveis pela produção da maior parte da comida consumida pela população mundial.

E foram justamente camponeses e camponesas, organizados na Via Campesina, que no início da década de 1990, desenvolveram o conceito de Soberania Alimentar. Esse é um conceito amplo, que engloba enfoques especiais para enfrentar e estimular alternativas às políticas neoliberais que sustentam o paradigma de desenvolvimento dominante fundamentado no comércio agrícola internacional liberalizado, na segurança alimentar baseada no comércio e produção industrial agrícola e de alimentos. Essas políticas, canalizadas em grande medida pelo "marco" internacional dado pela Organização Mundial do Comércio, pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e demais organismos da política econômico-financeira internacional, têm sido responsáveis, dentre outras coisas, pela contínua expulsão de camponesas e camponeses de suas terras. Também têm sido responsáveis pelo crescente controle de algumas empresas transnacionais sobre a cadeia produtiva da produção das sementes até a venda dos grãos, o que tem provocado uma redução da soberania alimentar.

Dentro dessa mesma lógica, há algumas décadas, está em curso um processo de apropriação e privatização de sementes no mundo por poucas empresas transnacionais ocidentais, o que se chama 'patenteamento'. Hoje em dia, muitos camponeses se veem obrigados a comprar sementes, pagando 'royalties' às empresas 'donas' das mesmas, que enriquecem enquanto os camponeses perdem sua autonomia para reproduzir a vida na terra. E para as empresas é estratégico ter o controle sobre todas as sementes para continuar garantir o fornecimento para os agricultores.

Mais recentemente, surgiu o conceito dos chamados 'serviços ambientais', para os

quais elementos da biodiversidade como a água, a regulação do clima e a conservação do solo passam a ser comercializados, até mesmo nas bolsas de valores, abrindo margem para a 'especulação com a natureza'. O fato é que seu valor necessariamente vai depender da oferta, o que resulta na lógica perversa de quanto mais destruição, mais poderá render um 'serviço ambiental'. E tudo isso é chamado de 'economia verde'.

O que significa isso para as populações locais e, sobretudo, para a biodiversidade e a soberania alimentar? Significa mais pressão sobre os recursos naturais, sobre a biodiversidade, das quais essas populações dependem, o que resultará em mais expulsão de milhares de pessoas. E se, por acaso, sua permanência for aceita, a população não poderá mais interferir nos recursos, na biodiversidade. Isso é um desrespeito à sua cultura e reduz a soberania alimentar quando, por exemplo, elas são proibidas de fazer suas roças de subsistência, o que já está ocorrendo em diversas partes do mundo. Com isso, perdem controle sobre o território, perdem sua autonomia.

Por isso, é muito importante que as comunidades hoje em dia busquem entender plenamente as propostas chamadas 'verdes' que são feitas a elas, desde o mecanismo de carbono florestal – REDD+ - até a venda de serviços ambientais. Geralmente, são apresentadas como coisas boas que beneficiariam a comunidade e melhorariam o meio ambiente. Na realidade, são mecanismos que, por sua própria lógica, tendem a piorar o meio ambiente global, e pelo controle que querem exercer sobre o território das populações indígenas, tradicionais e rurais, afetarão profundamente a soberania alimentar de milhões de pessoas no mundo que querem conservar seus modos de vida.

(1) Veja <http://www.rodaleinstitute.org/fst30years>

[início](#)

- Nyéléni: um nome de mulher para a luta pela Soberania Alimentar

Na África há uma história que tem perdurado ao longo dos anos sobre uma mulher do Mali de nome Nyéléni, que desafiou o poder patriarcal desde a agricultura, considerada uma tarefa de homens. Além de superar os homens em numerosas competências agrícolas, Nyéléni venceu também a aridez do território e conseguiu domesticar lavouras de grãos como o fonio e o samio, que permitiram alimentar toda a população malinesa.

Os fóruns sobre Soberania Alimentar, iniciados em 2007 no Mali, pela organização La Via Campesina e diversas organizações sociais com o objetivo de reafirmar as bases do conceito de soberania alimentar usaram o nome de Nyéléni, em sua recordação, e também no boletim criado como ferramenta de comunicação e intercâmbio do fórum para continuar com a luta pela soberania alimentar.

O boletim Nyéléni (www.nyeleni.org) completou seu primeiro aniversário e vai comemorar lembrando como "dia a dia, as mulheres devem encarar problemas só pelo fato de ser mulheres: seja no campo seja na cidade, devem enfrentar um

sistema econômico que as discrimina por igual, já que é tanto capitalista quanto patriarcal. Um sistema que está baseado na separação entre produção e reprodução; que situa as atividades do mercado dentro da primeira e coloca as tarefas, que geralmente realizam as mulheres, dentro da segunda, tomando invisíveis os laços entre elas”.

Mas também salienta como “em oposição a esta separação, a economia feminista volta a ampliar a noção de trabalho (1) e a diferencia da noção de emprego (trabalho remunerado ou de mercado) para incluir na definição de trabalho as tarefas de reprodução biológica e social, isto é, as tarefas domésticas, comunitárias e de cuidado. A Soberania Alimentar também se situa nesse contexto, já que reconhece o trabalho fundamental que realizam as mulheres bem como implica a redistribuição e igualdade de tarefas entre todos os integrantes dos lares.

Sob esta ótica, o agronegócio é um exemplo muito didático de como a economia patriarcal e capitalista, baseada em um modelo corporativo de exploração e concentração, causa impactos sobre a vida das mulheres: “desde seus custos sociais mais evidentes, como o deslocamento dos camponeses e camponesas ou aqueles relacionados com a exploração no trabalho em termos gerais, até os mais invisibilizados, relativos à divisão sexual do trabalho. Nos setores altamente mecanizados, como é o caso da soja ou da cana, os postos mais qualificados são ocupados por homens, enquanto as mulheres ocupam tarefas relacionadas com os serviços de apoio, como a limpeza e a cozinha. Por outra parte, em setores intensivos como a fruta e as flores, contratam-se as mulheres, com frequência, jovens, por um míngua salário e sem conceder-lhes direitos como trabalhadoras.

No caso do negócio de eucalipto, as mulheres trabalham tanto no manejo das mudas de eucalipto- um trabalho delicado- quanto na aplicação de agrotóxicos, porque são consideradas mais ‘responsáveis’ que os homens, ainda que sua saúde, em especial por serem mulheres, tende a ter mais riscos.

Um dos artigos do boletim nº 6

(http://www.nyeleni.org/DOWNLOADS/newsletters/Nyeleni_Newsletter_Num_6_ES.pdf)

afirma que na prática, observa-se que a acentuação da economia de mercado tende a aumentar as disparidades já existentes, tanto no tocante à exploração no trabalho associada ao agronegócio quanto ao acesso diferenciado à terra para homens e mulheres. Conforme a FAO (2), à medida que a terra é comercializada e diminui sua disponibilidade, observa-se que os membros homens das famílias reduzem o acesso à terra que tinham as mulheres, em especial no caso das viúvas e divorciadas. Apesar de representarem em média 43% da força de trabalho agrícola dos países em desenvolvimento (3), as mulheres possuem menos de 15% da terra no mundo todo (4). Ao negarem às mulheres o acesso igualitário à terra- que não tem por que ser limitado à propriedade privada, mas que podem ser garantidos direitos sobre ela através da locação de terras públicas ou de propriedade comunal- é erodida sua condição em nível econômico, social e político, o que se vincula diretamente com o sistema patriarcal. Este sistema estabelece que a terra seja herdada por linha paterna, e que as mulheres possam ter acesso a ela unicamente através de seus filhos homens, de seus maridos ou de seus familiares homens”.

No caso das mulheres da floresta, a expulsão de seus territórios por projetos

empresariais e programas de áreas protegidas significou também um enfraquecimento de sua situação comparada com o tempo em que seus povos viviam como caçadores e coletores. É provável que naquela época os direitos coletivos sobre grandes áreas de floresta permitissem às mulheres exercer com autonomia as formas de uso da terra, e seus direitos à coleta e à caça não dependiam dos homens. Agora, em muitas situações a perda de acesso aos recursos alimentícios da floresta tem sérios impactos sobre as mulheres, que são as principais responsáveis pelo fornecimento do alimento diário à família. Com isso, esses projetos lesam não apenas a situação da mulher mas também a soberania alimentar desses povos.

E as mulheres assumem a luta, com Nyéléni como símbolo das dificuldades que devem enfrentar e vencer. Assim, as trabalhadoras rurais sem terra, expatriadas em seu próprio país, cansadas de viver precariamente, enfrentaram no Brasil os “desertos verdes” de eucaliptos da Stora Enso, Fibria, Suzano, Arcelor Mital, todos financiados pelo BNDES (vide Boletim nº 165 do WRM). Na Índia, uma centena de mulheres líderes de sete estados reuniram-se em Dumka, Jharkhand, para realizar uma consulta sobre os direitos das mulheres sob a Lei dos Direitos sobre as Florestas e para reclamar o controle comunitário das florestas, dirigido por mulheres, ao longo dos 7,5 milhões de hectares de terras florestais (vide Boletim nº 165 do WRM); em Papua Nova Guiné, as mulheres associam-se e fortalecem-se contra as plantações de dendezeiros (vide Boletim nº152 do WRM); na África, criaram a Rede de Mulheres Africanas para o Manejo Comunitário das Florestas (REFACOF, sigla em francês) com o objetivo de promover os direitos das mulheres à terra e à floresta na África Central e Ocidental.

A resistência continua e, como anunciaram na Argentina (vide Boletim nº 158 do WRM) as mulheres “resistiremos e continuaremos na luta enquanto for preciso, não apenas contra o avanço das monoculturas de árvores exóticas e dos megaprojetos das empresas de celulose e papel, mas também contra os processos de mercantilização da vida dos seres e de desempoderamento das mulheres. Nós, as mulheres, temos o potencial de fazer que ‘o novo aconteça’ e o estamos fazendo”.

1. A partir do desenvolvimento industrial “só será estabelecido como trabalho o assalariado ou o autoemprego, perdendo tal categoria as atividades sem remuneração desenvolvidas pelos integrantes do lar para cobrir suas próprias necessidades. Dessa maneira, fica restrita a definição original de trabalho apenas àquelas atividades que apresentam características do trabalho de mercado” (Cristina Carrasco, “La sostenibilidad de la vida humana, um assunto de mulheres?”, 2001).

2. Relatório Gênero e Terra. Igualdade de condições, FAO, 2007.

3. FAO, 2011

4. International Center for Research on Women, 2006

[início](#)

ameaça a soberania alimentar

“Eu venho de uma família que tem a semente como uma coisa sagrada. No tempo do meu pai, os vizinhos dormiam tranqüilo pois sabiam que meu pai tinha semente garantida para o plantio”. (Agricultor familiar - Paraíba)

As sementes são o maior patrimônio dos agricultores. São a base para a produção agrícola, portanto para a alimentação de qualquer nação. Durante dez mil anos, comunidades de agricultores, indígenas e povos tradicionais melhoraram e multiplicaram suas sementes livremente, fazendo da troca de sementes um momento de união e partilha entre povos e nações.

Não é por outro motivo que tratados internacionais como Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura -TIRFAA (art. 5, 6 e 9), e a Convenção da Diversidade Biológica – CDB (art. 10, c e 8, j) protegem e incentivam o empoderamento das práticas comuns como armazenamento, troca, venda e melhoramento de sementes on farm (nas unidades produtivas) pelos agricultores, fundamentais à conservação da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos países.

Somente nos últimos 40-50 anos é que as sementes se tornaram um grande negócio, pequenas mudanças feitas pelas multinacionais podem ser patenteadas e as sementes, que sempre foram de livre intercâmbio, passaram a ser privatizadas e passaram das mãos dos agricultores, portanto dos cidadãos de cada país, para as mãos das grandes empresas.

Hoje, com o desenvolvimento dos transgênicos, as empresas desenvolveram um tipo de transgenia que permite o controle total e absoluto das sementes por parte das empresas, fazendo com que os agricultores e mesmo os grandes produtores fiquem reféns das multinacionais para poder obter suas sementes. Nosso alimento passará a ser controlado por 4 ou 5 empresas que dominam mais de 60% do mercado mundial de sementes. A este novo tipo de transgênico chama-se *Terminator*.

Como o meu pai, que sempre tinha costume daquela sementeira, ele plantava em um ano, depois ele selecionava, debulhava tudo à mão, eu lembro que eu ajudava ele, era gostoso debulhar assim. Então imagine, uma semente dessa vindo, iria acabar com uma tradição já de anos, não é? E depois não poderia ser utilizado novamente. (Agricultor familiar, Paraná)

A tecnologia *Terminator* (que quer dizer “exterminador” em inglês) se refere a modificações genéticas feitas nas plantas para produzirem sementes estéreis, ou seja, que não se reproduzem. No meio científico esta tecnologia é chamada de GURTs, que é a sigla em inglês para “Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso”. Deste modo, há um controle biológico do uso próprio, já que a semente que é guardada da colheita de uma variedade com tecnologia *Terminator* não poderá ser usada para plantio na safra seguinte, pois esta não germinará, ela está morta.

É como se nós estivéssemos programados também pra morrer. Como se a gente soubesse que em determinada hora iríamos morrer. Como se tivéssemos um curto prazo aqui, terminando a safra morreríamos. É isso o que eles estão programando para

as sementes. (Agricultor familiar – São Paulo)

Quais as possíveis consequências desta tecnologia?

Um Grupo Técnico de Especialistas contratado pelas Nações Unidas avaliou os impactos potenciais das GURTs sobre agricultores familiares, camponeses e comunidades tradicionais e concluiu que elas se caracterizam como uma forte ameaça à garantia da soberania e da segurança alimentar destas comunidades.

Entre os impactos da tecnologia *Terminator* abordados no Relatório, destacam-se:

- Pode reduzir e limitar as práticas tradicionais de intercâmbio de sementes;
- Pode reduzir a capacidade de inovação e o conhecimento local das comunidades sobre melhoramento de plantas;
- Pode reduzir ou afetar negativamente a agrobiodiversidade local, resultando na deterioração dos sistemas tradicionais de conhecimento;
- Pode levar à dependência de sementes ou a perdas de cultivos;
- Pode causar, de maneira irreversível, alterações ambientais negativas resultantes antes do cruzamento entre variedades *Terminator* e plantas normais.

A mais nova justificativa para a utilização das tecnologias genéticas de restrição de uso é sua utilização como uma “medida de biossegurança” para evitar a contaminação de plantas convencionais ou agroecológicas por variedades transgênicas.

Esta proposta é particularmente perversa, pois pode desenhar o seguinte cenário para as comunidades de agricultores familiares e camponeses. Caso admitamos que não haveria continuidade na contaminação, o fato é que na primeira geração há contaminação, e o agricultor convencional ou orgânico contaminado perderia suas sementes dali pra frente, pois já estariam contaminadas pelo *Terminator*. Ou seja, se por um lado a contaminação não seguiria é porque as sementes do agricultor contaminado se tornariam também estéreis.

Por estas e outras motivações, os 193 Países-Parte da Convenção da Diversidade Biológica estabeleceram uma moratória internacional à tecnologia *Terminator* ou de restrição de uso, através da Decisão V/5, em 2000. Esta moratória vem sendo renovada nas COPs e sua manutenção foi apoiada pelo governo brasileiro nesta última COP 10 ocorrida em Nagoya, conforme manifestação da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty, Aviso nº 10/DEMA/CGFOME/AFEPA/SEAN BRAS, de 23/04/2010.

é uma tecnologia que tira a autonomia dos pequenos agricultores, porque ela vai fortalecer só as grandes empresas que vão produzir as sementes. Vão tirar essa possibilidade que o agricultor tem de fazer a seleção da semente, guardar da forma que ele está acostumado tradicionalmente, que ele aprendeu com o pai, com a mãe, com o avô. (Agricultor Familiar - Maranhão)

Como está a situação do *Terminator* no Brasil?

Atualmente, a Lei de Biossegurança proíbe “a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso” (art. 6º, lei 11.105), que envolvam a geração de estruturas reprodutivas estéreis ou a ativação ou desativação de genes relacionados à fertilidade das plantas por indutores químicos externos.

Mesmo sob o peso de uma moratória internacional e diante da atual proibição nacional, dois Projetos de Lei no Congresso tentam liberar as sementes *Terminator* no Brasil. O PL 268/07, originalmente apresentado pela hoje senadora Katia Abreu (DEM-GO), e hoje de autoria do Dep Eduardo Sciarra do DEM-PR. Em 2009, o Deputado Cândido Vacarezza (PT-SP), que nunca atuou no campo da agricultura, apresentou o PL 5575/09 que prevê a liberação das sementes *Terminator* no Brasil. Ano passado a Campanha Por um Brasil Ecológico e Livre de Transgênicos fez uma denúncia informando que o arquivo que está disponível no site da Câmara dos Deputados com a proposta do PL tem como origem o computador de uma das advogadas da empresa Monsanto! Evidenciado os claros interesses que estão por trás da aprovação deste Projeto de Lei. Este Projeto de Lei foi muito questionado na sua tramitação na Câmara e agora se propôs a criação de uma comissão especial para agilizar sua tramitação.

Em primeiro lugar é a miséria. Porque pense bem, se formos pensar em nós, que somos pequenos agricultores, nós vivemos do que? Da nossa própria semente! Então nós não podemos comprar a semente! Nós mesmos produzimos nossa própria semente. E daí imagine a miséria que não vem... Porque o agricultor não vai conseguir plantar a própria semente que ele tem. Então vem mais miséria, ao invés de ajudar o agricultor, só virá mais miséria. (Agricultora familiar - Paraná)

Acho que em nível de Brasil haveria um impacto muito grande na perda dessas sementes, pois iria causar principalmente uma dependência do agricultor ter que todo ano comprar as sementes das multinacionais. Pra nós isso é uma regressão no processo cultural das comunidades. Também porque o que sustenta o Brasil hoje é a agricultura camponesa e pra nós, assim que retiramos a semente temos que guardá-la não tem como todo ano comprar novas sementes. (Agricultor familiar - Paraná)

No Brasil, tem se ampliado a cada dia a pressão pela aprovação das árvores transgênicas. Vista com ressalvas pela maioria dos países na CDB-ONU, a pressão de algumas nações abriu a possibilidade para que cada país pudesse decidir por conta e risco pela aprovação das árvores transgênicas. Os riscos se ampliam e potencializam, o pólen das árvores se dispersa a distâncias muito maiores, ampliando os riscos de contaminação. A utilização cada vez maior de celulose e o avanço da biologia sintética na pesquisa para o uso de celulose como agrocombustível potencializa a pressão das transnacionais pela aprovação do eucalipto transgênico, que já tramita na CTNBio.

A aprovação do *Terminator* pode estar “casada” com este processo, pois um dos “argumentos”, conforme já dissemos, é que se todas as árvores transgênicas também fossem *Terminator* poderia se evitar o alastramento da contaminação. No entanto, segundo estudiosos, a tecnologia é muito instável e possui muitas falhas,

fazendo com que indivíduos que estão programados para não germinar, mesmo assim germinem, mantendo os riscos de contaminação.

Tanto no Brasil, como nos demais países, é necessário que haja um grande processo de mobilização social afim de evitar a qualquer custo a liberação desta tecnologia. Para além dos riscos evidentes em termos ambientais, sociais e para a saúde humana dos transgênicos, a liberação da tecnologia *terminator* pode significar a sentença final em termos da total dependência dos agricultores das transnacionais e do controle destas sobre a produção agrícola e florestal em nossos países, deixando à mercê de suas vontades e interesses econômicos o destino da nossa agricultura, dos nossos agricultores e da nossa alimentação.

O impacto vai ser pra nação inteira, porque é uma questão de segurança alimentar. Na medida em que se está nas mãos de meia dúzia de empresas no mundo que vão dominar essa tecnologia, colocam-se milhões de pessoas na dependência dessa tecnologia, sendo que eles vão fazer o que bem entenderem. Nós nunca precisamos disso, se nós chegamos hoje até onde nós chegamos, é porque a maneira como as coisas vinham sido feitas, naturalmente, era a maneira correta. (Agricultor Familiar – Santa Catarina)

Julian Perez-Cassarino - Campanha Terminar *Terminator*-Brasil y Larissa Packer - ONG Terra de Direitos

**Os depoimentos foram extraídos do vídeo “Terminator: sementes transgênicas da morte”, para acessar, contatar através de julianperez7@gmail.com*

[início](#)

AMEAÇAS À SOBERANIA

- Uganda: a empresa New Forests Company – o FSC legitimando a expulsão de milhares de pessoas e a venda de créditos de carbono

Recentemente, a Oxfam da Grã Bretanha lançou um relatório sobre as atividades da empresa inglesa New Forests Company (NFC), que possui 27 mil hectares de plantações de árvores em Uganda, Tanzânia, Ruanda e Moçambique, além de ter contratos com os governos desses países envolvendo cerca de 90.000 mil hectares. A empresa afirma que a madeira que será produzida pode suprir as demandas da população, evitando o desmatamento de florestas nativas. Em Uganda, plantou, desde 2006, cerca de 9.300 hectares de pinus e eucalipto, em terras dadas em concessão pelo governo.

A empresa conseguiu financiamentos para seu empreendimento: 5 milhões de euros do Banco Europeu de Investimentos (EIB) para ampliar suas plantações em Uganda e mais US\$ 6,7 milhões do fundo de investimento ‘Agri-Vie Agribusiness Fund’, um fundo mantido, entre outros, pelo Banco Mundial. No entanto, o principal investimento para as atividades da empresa vem do banco privado HSBC com US\$ 10 milhões.

Se todos esses recursos de investidores não bastassem, a empresa quer atrair mais dinheiro através da venda do serviço ambiental de carbono pelos chamados créditos de carbono, que fazem parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Empresas poluidoras do Norte vão poder continuar poluindo e agravando a crise climática se comprarem créditos de carbono supostamente 'armazenados' em árvores plantadas pelo NFC.

Apesar de a empresa afirmar que mantém critérios sociais e ambientais rígidos e que suas plantações são certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), a equipe da Oxfam constatou que, no período de 2006 a 2010, mais de 22 mil pessoas nos distritos de Kiboga e Mubende foram expulsas de suas terras, inclusive com uso de violência, para dar lugar às plantações da NFC. Ela admite que pessoas tiveram que ser removidas, mas nega que participou das expulsões.

Cerca de 22 mil pessoas alegam ter morado há 40 anos nessas terras, onde existia toda uma infraestrutura com postos de saúde e escolas. Mas, segundo a empresa, apenas 31 famílias teriam títulos legais, o restante estaria ilegal e a empresa classifica essas pessoas como 'invasoras'.

O relatório divulgado pela Oxfam (1) mostra que as pessoas não foram consultadas e, sobretudo, o desespero dessa população, hoje sem terra e sem perspectivas. Em certos casos, as moradias e roças foram simplesmente destruídas. A soberania alimentar de toda uma população em dois distritos foi profundamente afetada. Uma das pessoas expulsas afirmou: "Eu perdi o que eu tinha. Onde eu estou agora, meus filhos choram todos os dias. Eu não posso mantê-los e eles não podem ir para escola. Até mesmo comer tem se tornado um problema". ('I have lost what I owned. Where I am now, my kids cry every day. I cannot sustain them and they do not go to school. Even eating has become a problem').

Enquanto isso, no documento (PDD – Documento de Desenho de Projeto) apresentado pela empresa em 2011 para a ONU para conseguir vender créditos de carbono, alega-se que as pessoas cederam suas terras "voluntariamente e de forma pacífica". Outros financiadores têm declarado a Oxfam que o projeto está coerente com seus critérios e salvaguardas sociais e ambientais.

A Oxfam está exigindo que haja uma investigação independente urgente para identificar os responsáveis pelas violações que ocorreram e que seja feita a reparação justa de todas as violações. O que chama a nossa atenção é que, mesmo se a suposta legalidade em que a empresa se baseia tivesse algum fundamento, sua prática definitivamente não tem nada de moral ou ético se prestarmos atenção aos depoimentos e às histórias das pessoas expulsas das terras onde viveram tanto tempo, onde mães estavam criando seus filhos. Trata-se de uma violação tremenda dos direitos dessas pessoas.

O que chama atenção também é que a empresa conseguiu o selo FSC, com o qual essa organização de certificação afirma se tratar de uma empresa 'socialmente justa'. Num relatório de avaliação do FSC de 2010, a entidade chegou a afirmar, sobre as expulsões, que "a empresa seguiu meios pacíficos e atuou de forma responsável (..)" ('the company has followed peaceful means and acted responsibly (..)') É mais uma mostra de como o FSC, na prática, fortalece as grandes empresas como NFC e

contribui para o enfraquecimento e desestruturação de comunidades impactadas pelas plantações de monoculturas certificadas, até mesmo capaz de legitimar a expulsão de nada menos do que 22 mil pessoas!

E se tudo isso não bastasse, o FSC acaba dando aval para talvez o maior interesse desta empresa Inglesa para realizar este empreendimento num país africano: o lucro futuro que pode obter para sua matriz em Londres e seus acionistas com a venda do serviço ambiental de 'carbono'.

(1) Mais informações sobre este caso em Uganda podem ser encontradas no relatório da Oxfam sobre o caso, disponível na internet (<http://www.oxfam.org/en/policy/new-forests-company-and-its-uganda-plantations-oxfam-case-study>), no qual este artigo se baseou.

[início](#)

- Uruguai: a indústria florestal celulósica põe a bacia leiteira em xeque

O Uruguai é um país com base produtiva agropecuária ocupando a produção leiteira um lugar importante. A produção leiteira foi desenvolvida principalmente em três departamentos, sendo que dois deles- San José e Colonia- apresentam uma matriz diversa de explorações familiares e uma sociedade local organizada que atingiu bons níveis de renda e de vida conformando-se em uma das regiões mais produtivas e bem-sucedidas do meio rural uruguaio.

Mas essa situação está ameaçada pela expansão da indústria florestal- celulósica, uma produção que se transforma em excludente pelo açambarcamento de terras que acarreta.

A corporação Montes del Plata- consórcio formado pela empresa chilena Arauco e a empresa sueco finlandesa Stora Enso- é proprietária atualmente de 235.000 hectares de terra e tem em andamento a construção da que virá a ser a maior fábrica de celulose do país. Tal fábrica está sendo construída no departamento de Colonia, um dos departamentos leiteiros, localizado no sudoeste do país.

Na indústria da celulose é sabido que os custos de transporte da madeira do lugar da colheita à fábrica de celulose constituem um fator central para o "sucesso" econômico do empreendimento. Neste caso as plantações de árvores que alimentarão a fábrica estão localizadas a uma distância superior aos 200 km, nos departamentos de Rio Negro, Paysandú e Soriano maiormente, o que é um inconveniente para a empresa.

Recentemente, em decorrência das gestões de um fiscal da Nação veio a público que o governo nacional outorgou através de um contrato secreto de investimento (vide Boletim nº166 do WRM) uma série de benefícios únicos e extraordinários à Montes del Plata.

Um comunicado de imprensa do grupo Guayubira (1) denuncia que "entre o conjunto de benefícios que o governo negociou em segredo fazia-se referência ao fato de o Governo e a Montes del Plata terem ajustado fazer os *"melhores esforços para*

conseguir uma superfície florestável de 100.000 hectares de [novos solos declarados de aptidão florestal] com possibilidade de ser plantados dentro do rádio de 200 quilômetros da futura fábrica”.

Para isso, as autoridades requalificariam os solos de tal forma que as terras onde até agora tem se desenvolvido com sucesso a produção de laticínios seriam incluídas na lista de solos de prioridade florestal. Esta decisão beneficia enormemente a Montes del Plata, porque poderia reflorestar em um rádio de 200 quilômetros de distância de sua fábrica de celulose.

Para o departamento de **San José**, tal modificação implica que o departamento passe a ter- potencialmente- **22% de sua superfície** com solos passíveis de ser plantados com monoculturas de árvores, o que corresponde a 109.163 hectares de terras.

No caso de **Colonia**, trata-se de **27% do território**, o que equivale a 164.251 hectares passíveis de ser reflorestados.

O comunicado de Guayubira alerta que a chegada das plantações de árvores a ambos departamentos para a produção de celulose- uma produção extensiva no uso do solo com relação à produção agropecuária existente- coloca em risco a sobrevivência das explorações familiares.

“A concorrência pela terra aumentará, sem dúvida, os preços e os arrendamentos da terra, agravando ainda mais um problema tradicional da bacia leiteira e da região intensiva do sudoeste do país e incrementando os custos de produção. Ao mesmo tempo, todos os impactos e externalidades das plantações acrescentarão múltiplos conflitos que levarão a uma transformação profunda da região e da sociedade local. Seus segmentos estrela, a queijaria em Colonia e a produção de leite fluido em San José, serão os prejudicados, e, sem dúvida, sua contração será refletida na indústria de laticínios, nas exportações, nos fornecedores de insumos e serviços, e na demanda de emprego”, manifesta o comunicado.

O grupo aponta que “a empresa já começou a comprar terras no departamento de San José”, e conclui seu comunicado alertando que “com vistas a melhorar o rendimento econômico de uma corporação muito poderosa, como é o consórcio Montes del Plata, não se incorra nesta nova e grave afetação do ordenamento territorial de uma região emblemática”, e exorta o governo, o sistema político e os setores produtivos a que “discutam e revisem essa medida para atingir um genuíno desenvolvimento rural do país”.

- “La cuenca lechera del Uruguay en jaque: 5.02 b es la clave”, Comunicado de imprensa do Grupo Guayubira, 25 de outubro de 2011, <http://www.guayubira.org.uy/2011/10/la-cuenca-lechera-del-uruguay-en-jaque-5-02-b-es-la-clave/>

- O índice CONEAT determina a capacidade atual dos solos do Uruguai, avaliados em quilos de carne bovina, ovina e quilos de lã por hectare de campo natural, cuja média é o índice 100.

- É possível ter acesso aos mapas em

<http://www.guayubira.org.uy/images/web2011/coneat502b-colonia-sanjose.pps>

[início](#)

- Indonésia: fontes de sustento ameaçadas por REDD+, mineração e projetos de dendezeiros

Os Dayak habitaram a floresta em Kalimantan durante um longo período antes de o atual Estado da Indonésia ser estabelecido. Sua adat (tradição) garantiu a integridade do meio ambiente e da floresta até a exploração comercial imposta começar a devastar, prejudicar e invadir suas terras tradicionais. Desde então, eles denunciam que décadas de destrutivos projetos impostos direta ou indiretamente pelo Governo vêm desempoderando e empobrecendo progressivamente os Dayak por meio da emissão, descontrolada e frequentemente ilegal, de licenças e/ ou concessões através da corrupção. Como a rede YayasanPetakDanum (YPD) já apontou, dos 15,1 milhões de hectares da superfície total em Kalimantan Central, no mínimo 83% (12,5 milhões de hectares) irão ser transformados ou destruídos por causa das plantações de monoculturas de dendezeiro, as plantações industriais de árvores para a produção de celulose ou a mineração (1).

Na semana passada, um grupo de 10 anciãos tribais Dakak de cinco aldeias em Kalimantan Central apresentaram seu caso ao Ministério do Florestamento, à Câmara de Representantes e à Agência Nacional de Terras em Jakarta. Eles alertaram que a expansão de plantações de dendezeiros, as concessões de mineração e os projetos REDD estão ameaçando aniquilar o modo de vida tradicional das tribos Dayak em Kalimantan (2).

Também está o caso dos projetos com intromissão forânea. "Não é necessária nenhuma intervenção de fora para que as tribos protejam suas florestas," disse April Perlindungan, da Fundação PetakDanum, que defende a conservação da floresta através dos métodos indígenas e apóia os Dajak em sua causa. "Não precisam dizer a eles como plantar seringueiras ou pescar sustentavelmente- assim é seu modo de vida. Apenas devemos deixar que eles façam como sempre fizeram." Citou o caso dos esforços de reabilitação da floresta após o "Mega Rice Project", um projeto desenvolvido em 1996 que derrubou um milhão de hectares de floresta de turfeiras centenárias em Kalimantan para estabelecer arrozais. "Havia pessoas que vinham e tentavam bloquear a escavação dos canais para drenar os pântanos de turfa, mas nunca se deram bem porque nunca consultaram os moradores locais," ele disse. "Por iniciativa própria, no entanto, os moradores locais reflorestaram a terra, escavaram valetas para desviar a água para os pântanos, e construíram lagoas que funcionavam como reservorios de peixes. Eles sempre souberam como proteger a floresta."

Também foram denunciados pelos líderes Dayak supostos projetos de conservação de florestas, como o projeto REDD+ da Parceria pelo Clima e Florestas de Kalimantan (KFCP), sob a Parceria do Carbono Florestal Indonésia- Austrália, fundada em 2008. Em fevereiro de 2011, em uma carta à Delegação australiana que visitava Kalimantan Central, a rede YPD enfatizou algumas questões baseadas no

monitoramento das atividades da KFCP nos distritos de Mantangai e Timpah. A YPD denunciou que o “relatório do projeto da KFCP era tendencioso” visto que “os trabalhadores da KFPC eram pagos por desempenho e, portanto, o incentivo ao engajamento em relatórios falsos é alto. Tememos que a efetividade da KFCP como projeto piloto de REDD+ seja comprometida pela falta de informação confiável e precisa para planejar lições com elas e para aprender delas, o que deveria ser o principal objetivo de um projeto piloto.”

Também questionaram o papel das ONGs internacionais envolvidas no projeto REDD+, como a Orang Utan Survival (BOS), da qual a YPD diz “teve total desrespeito pelos direitos dos Dayak às florestas remanescentes que foram reclamadas como área de conservação para a reabilitação do orangotango, sem consultar com as comunidades locais.” A comunidade Dayak expressou a falta de confiança “em que as ONGs tenham a capacidade ou a experiência necessária para desenvolver a restauração ambiental ou em outras atividades do projeto na área, além de pagar o pessoal do projeto.”

Na medida em que o projeto da KFCP não providenciou nenhuma garantia de que os direitos básicos inclusive o manejo dos recursos naturais dos Dayak para 120.000 hectares dentro da área do projeto irão ser garantidos. Por isso o lema dos Dayak é “Sem direitos, Sem KFCP”.

Na carta à delegação australiana, a YPD salienta que a rede tem estado “apoiando as comunidades de 12 aldeias no subdistrito de Mantangai através de nosso Programa de Uso Comunitário de Turfeiras em concordância com nossa sabedoria tradicional. O projeto está pensado para reduzir a pobreza e restaurar a turfeira. Coletamos muita informação sobre nosso programa e temos muita experiência no manejo de turfeiras em decorrência do destrutivo mega projeto de arroz” de 1996, acima mencionado.

E conclui alertando que os fundos públicos da Austrália não só correm o risco de ser gastos em um ineficaz projeto de redução de emissões, mas que a Austrália corre o risco de ser culpada por causar, entre outros males, “a perda do sustento de aproximadamente 15.000 pessoas nos 14 povoados incluídos no projeto da KFCP- especificamente nossos direitos ao acesso aos recursos naturais nas turfeiras e nas florestas de turfa que têm sido nossas tradicionais fontes de sustento.”

Artigo baseado em informação obtida de: (1) Carta dos líderes comunitários da rede YayasanPetakDanum (YPD) à Delegação australiana em Kalimantan Central, fevereiro de 2011, <http://www.redd-monitor.org/wordpress/wp-content/uploads/2011/02/YPD-Letter-to-Australian-Delegation.pdf>; (2) “Indonesia: Plantations, Mining and REDD a Threat to Dayak Indigenous Peoples,” Fidelis E. Satriastanti, 25 de outubro de 2011, <http://www.thejakartaglobe.com/home/plantations-mining-and-redd-a-threat-dayak/473817>, enviado por Tom Goldtooth, Indigenous Environmental Network (IEN) email: ien@igc.org, www.ienearth.org

[início](#)

Há mais de 20 anos que na Colômbia avançam as monoculturas florestais em benefício de empresas transnacionais, que contaram e continuam contando com políticas oficiais que as favorecem. Para analisar esta expansão que açambarca territórios, viola direitos e desloca comunidades, a organização CENSAT Amigos da Terra Colômbia realizou em Bogotá, o fórum “Plantações florestais na Colômbia. Um olhar crítico”, no contexto das ações pelo Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores, 21 de setembro.

Entre as conclusões do fórum (1) são mencionadas algumas das “ajudas” que as monoculturas florestais receberam, especialmente a lei 1377, que regulamenta a atividade de reflorestamento comercial e incorpora o conceito de “voo florestal”. Esta figura, específica para o setor de plantações comerciais, separa os direitos sobre a terra dos direitos sobre a cobertura florestal- isto é, as árvores. A figura do “voo florestal” dá a possibilidade às empresas de não ter que plantar em territórios próprios para obter financiamento, negociar a madeira nas bolsas de valores ou contabilizar essas árvores em seus ativos e patrimônios, e assim as habilita a absorver a produção das terras de pequenos e médios proprietários.

Outro impulso à expansão das plantações florestais surgiu com o decreto 125 de janeiro de 2011, emitido pelo governo com motivo do que foi chamado “Estado de Emergência Econômica, Social e Ecológica por motivo de grave calamidade pública”, em referência às chuvas e enchentes que, conforme dados oficiais, afetaram 2.220.482 pessoas. O objetivo deste programa era “executar projetos de reflorestamento comercial nas áreas afetadas pelo Fenômeno de la Niña 2010-2011 para reabilitar o uso dos solos com potencial para o reflorestamento incluindo as bacias dos rios e as áreas conectadas com elas”

Desta forma, as inundações, que entre outras coisas afetaram 925.000 hectares voltados para a agricultura, a produção leiteira e a pecuária, tornaram-se a justificativa ideal para mascarar o financiamento das monoculturas, como expressou Diego Rodríguez Panqueva em sua apresentação “Projeção das plantações florestais na Colômbia” que faz parte das memórias do fórum. Nesse trabalho, Diego Rodríguez esclarece que “o modelo de desenvolvimento com altos níveis de desmatamento é a principal razão dos impactos da crise climática que atravessa o país e nesse sentido as plantações florestais têm relação direta com o estado de emergência, não por restabelecer as coberturas de floresta natural destruídas e a estabilidade de solos em ladeiras e bacias hidrográficas, mas por ser uma das causas do desmatamento, perda de biodiversidade, perda de fertilidade e propriedades do solo”.

As plantações florestais, que não só agravaram a erosão das ladeiras como também realizam um uso intensivo de agrotóxicos, afetaram em alguns casos de modo irreversível a dinâmica dos ecossistemas e as comunidades rurais. Ainda assim, as metas de reflorestamento propostas pelo governo são de 280.000 hectares até 2014, o que implicaria que até essa data haveria mais de 1 milhão de hectares de monoculturas de árvores na Colômbia.

Os movimentos sociais responderam aos megaprojetos e ao agronegócio realizando no dia 29 de setembro, na cidade de Cali, o Congresso “Terras, Territórios e Soberania” (CTTS) (2), que reuniu 15.000 representantes das

organizações camponesas e de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, dos povos indígenas e afrodescendentes.

Como resultado do encontro foi elaborada uma série de mandados, um dos quais é “aprofundar a liberação da Mãe Terra e a realização participativa da reforma agrária. Não permitiremos que no lugar dos grandes latifúndios do narcotráfico e do paramilitarismo, que devem ser desmantelados, se instale o grande latifúndio dos conglomerados agroindustriais. Pelo contrário, essas terras- roubadas durante centenas de anos, dos índios, camponeses e afrodescendentes- devem ser restituídas a nossas comunidades. Ocuparemos pacificamente o que por história e por direito nos pertence”, expressaram.

Esse mandato é complementado por outro que diz “construir uma economia própria e articulada dos povos, não subordinada ao mercado global, que garanta a soberania e autonomia alimentares e os saberes associados às sementes, às plantas e aos alimentos. Vamos fortalecer as práticas de produção, transformação, intercâmbio e consumo culturalmente apropriadas, socialmente justas e em harmonia com a vida; não usaremos nem permitiremos agrotóxicos e transgênicos; impediremos a presença dos agrocombustíveis, as plantações florestais e outras monoculturas que ameaçam nossa soberania territorial e alimentar”.

E os povos se pronunciam: “Cansados de obedecer. Cansados de ser consultados enquanto outros decidem. Queremos governar. Vamos governar em nossos territórios!”

Artigo baseado em informações obtidas de: (1) Memórias do Fórum

“Plantações florestais na Colômbia. Um olhar crítico”, 21 de setembro de 2011, Bogotá, Colômbia, <http://www.nasaacin.org/attachments/article/2807/monocultivos.pdf>; (2) Declaração Final do Congresso Nacional de Terras, Territórios e Soberanias, 4 de outubro de 2011, <http://tinyurl.com/3b7664q>

[início](#)

NOTÍCIAS BREVES

- Belo Monte ocupada!

Centenas de homens e mulheres indígenas, pescadores e ribeirinhos, ocuparam no dia 27 de outubro o canteiro de construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo, Belo Monte, no Pará, Brasil, obra que terá impactos devastadores sobre a vida das populações locais. Era um protesto contra a intransigência do governo em dialogar, bem como contra a postura do governo brasileiro que se negou a comparecer numa audiência convocado em Washington pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA que quer explicação porque as comunidades afetadas não foram propriamente ouvidas. Por último, os manifestantes

denunciam a morosidade da justiça em se pronunciar sobre as diversas ações na justiça que pedem a paralização da obra, devido a inúmeras irregularidades devidamente comprovadas.

Após 15 horas, os manifestantes decidiram encerrar o movimento perante uma surpreendente agilidade da justiça que, atendendo aos construtores da obra, pediu à polícia assegurar a desocupação. Ao mesmo tempo, os manifestantes consideraram o movimento fundamental, sendo 'um marco na nova aliança contra a hidrelétrica' e, ao mesmo tempo, dizendo que 'a nossa resistência contra estes projeto (..) continua inabalável'.

- Enquete sobre o Boletim do WRM

Desde o ano 1997 publicamos mensalmente o boletim eletrônico do WRM. Atualmente, o boletim é enviado em quatro línguas a mais de 15.000 assinantes. Neste mês iniciamos uma enquete para fazer uma avaliação, com o objetivo de aprimorá-lo e conseguir que cumpra da melhor forma sua missão de ser uma plataforma de informação de dupla via e uma ferramenta para as lutas das comunidades.

Convidamos vocês para que participem e respondam à breve enquete para que o boletim cumpra sua missão da melhor forma.

Quem quiser participar da enquete pode acessá-la em:

<https://www.surveymonkey.com/s/BoletimWRM>

- Declaração: PAREM a expansão das Monoculturas de Árvores!

No passado 21 de setembro, em ocasião do Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores, organizações socioambientais da África, América Latina, Ásia e Europa reuniram-se em Montevideo, Uruguai, para intercambiar conhecimentos e experiências de resistência aos impactos das plantações de árvores. Como resultado da reunião, foi divulgada uma Declaração que pode ser acessada em: http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/2011/Declaracion.html

- WRM no facebook

Lembramos a vocês que estamos no facebook em <https://www.facebook.com/WorldRainforestMovement> Entre outras coisas, podem acessar as fotos da última reunião internacional do WRM bem como da saída de campo e todas as novidades que irão alimentando o site.

[início](#)
